

notícias

Director: JÚLIO MANJATE • Edição N.º 30.389 • Segunda-feira, 18 de Junho de 2018 • www.jornalnoticias.co.mz • jornalnoticias@snoticias.co.mz • Directora-Adjunta: DELFINA MUGABE • 30,00MT

COMPROMISSO COM OS FACTOS

Pág 36

HRW denuncia obstáculos para educação da rapariga em África

DEZENAS de milhares de raparigas grávidas e mães adolescentes estão impedidas ou são desencorajadas de frequentar a escola em vários países de África, denuncia a organização internacional Human Rights Watch (HRW).

Num relatório publicado na semana passada, destinado a assinalar o Dia da Criança Africana, que se celebrou sexta-feira, 16 de Junho, a organização de defesa e promoção dos direitos humanos apela à necessidade de os governos africanos garantirem o direito à educação de todos os jovens, sem qualquer discriminação, dando como piores exemplos os existentes na Guiné Equatorial, Serra Leoa e Tanzânia.

Intitulado “Não Se Deixa Nenhuma Rapariga para Trás em África: A Discriminação na Educação contra as Alunas Grávidas e as Mães Adolescentes”, o documento da HRW é fruto de uma “intensa investigação” da organização sobre a situação das jovens no continente.

Os critérios passaram por uma análise exaustiva das leis de cada país, das políticas e

das práticas que bloqueiam ou apoiam o acesso das “jovens grávidas” e das “mães adolescentes” no direito ao ensino primário e secundário nos 55 Estados-membros da União Africana (UA).

África tem um dos maiores índices de gravidezes na adolescência do mundo, pelo que os governos do continente devem, “com urgência”, aprovar legislação e políticas para garantir que as escolas permitam e apoiem as raparigas grávidas para que se mantenham nos estabelecimentos escolares, advoga a HRW.

Nos últimos anos, vários governos africanos mostraram grandes progressos na inserção no ensino e no direito das jovens grávidas e mães adolescentes de frequentarem a escola.

PROGRESSOS

No relatório, a HRW lembra as declarações do chefe de Estado da Tanzânia, John Magufuli, proferidas a 22 de Junho de 2017: “Enquanto for Presidente, nenhuma estudante grávida terá autorização para frequentar a escola.”



A decisão levou à detenção de dezenas de raparigas tanzanianas nessas circunstâncias.

Em Maio deste ano, o Tribunal de Justiça da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) deferiu uma queixa contra o Governo da Serra Leoa, por Freetown recusar o acesso de jovens grávidas às escolas públicas.

Segundo o relatório, muitos países africanos não têm políticas de incentivo ao regresso à escola depois de as jovens darem à luz, enquanto outros com elevadas taxas de adolescentes grávidas, como Angola e Burkina Faso, continuam sem legislação de apoio às raparigas nestas circunstâncias quando estas as frequentam.

Nalguns países, denuncia o

HRW, as direcções das escolas recorrem a meios “indignos” para identificar as raparigas grávidas, que incluem testes forçados de gravidez, estigmatizando-as também, através de uma humilhação pública ou da expulsão pura e simples do estabelecimento escolar.

No entanto, segundo a HRW, nem tudo é mau no continente africano, onde se

registaram progressos em 26 dos 55 países, com a elaboração de legislação e a criação de políticas de protecção à educação das jovens grávidas e das mães adolescentes, com a organização a destacar Cabo Verde, Benim e Senegal, que revogaram as políticas repressivas e punitivas, garantindo e protegendo o acesso ao ensino. -LUSA